

ALFABETIZAÇÃO FUNCIONA INFANTIL

Maria Lucia Mexias-Simon (CiFEFiL)
mmexiassimon@yahoo.com.br

RESUMO

Considerações sobre o processo de alfabetização sua efetividade; menção dos movimentos visando à alfabetização, seus sucessos e fracassos; diferença entre alfabetização e letramento; a alfabetização de adultos, sua importância social e individual e sua efetividade; o letramento do jovem na atualidade; escola concorrendo com os meios eletrônicos; vantagens e desvantagens dos meios eletrônicos; a formação do hábito de leitura na atualidade.

Palavras-chave: Letramento. Hábito de leitura. Ensino de língua portuguesa.

Diante de meio milhão de zeros em Redação, numa das últimas provas do ENEM, professores, pais, governantes, tornaram-se, no mínimo, preocupados. Apesar disso, o assunto não teve o destaque que deveria ter, diante de fatos mais explorados pela *mídia*, como corrupção etc.

No Brasil, nas últimas décadas, implantaram-se vários programas de alfabetização de adultos, nenhum bem sucedido, a saber:

Em 1947: Campanha de Educação de Adultos

Em 1961: Implantação pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) do Movimento de Educação de Base (MEB), com base na pedagogia de Paulo Freire, e apoio do Governo Federal, também de algumas agências estrangeiras. Centrava-se, principalmente, nas regiões Centro-oeste e Norte-Nordeste. Utilizavam-se emissoras radiofônicas católicas, tornando-se uma das primeiras experiências de educação à distância. Pretendia respeitar as peculiaridades de cada comunidade a ser atingida, valorizando a oralidade.

De 1947 a 1963: Transcurso paralelo da Campanha de Educação de Adultos, seguindo o modelo criado pelo Prof. Lourenço Filho, com base em método criado por Frank Charles Laubach. Prometia alfabetização em três meses. Oferecia, ainda, curso primário em dois períodos de sete meses, com capacitação profissional e cursos supletivos noturnos, apenas para adultos. Obteve pouco sucesso, sobretudo nas regiões rurais. A visão era de analfabetismo criado pelas condições sócio-históricas. A partir dessa visão, o processo educativo só teria êxito com a interferência

na estrutura social.

A partir de 1963, implantou-se o Plano Nacional de Alfabetização, instituído pelo Prof. Paulo Freire, em 1958, no 2º Congresso Nacional de Educação de Adultos. Contou com a adesão de diversos movimentos populares, como União Nacional de Estudantes, sindicatos e Igreja Católica. Foi extinto em 1964, com o golpe militar.

De 1967/1969 a 1971: Criação, após, intervenção da UNESCO, do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Ao longo dos anos, diversificaram-se os programas, com extensão para as quatro primeiras séries do primeiro grau. Visava à profissionalização, pretendendo lançar campanhas comunitárias tratando, por exemplo, da educação para a saúde e para o esporte. Os professores não necessitavam de formação especializada. Pretendia, ainda, estimular a continuidade da formação dos alunos. Tinha, como objetivos traçada ampliação de competência comunicativa, a transmissão do que foi aprendido, o desenvolvimento pessoal, o reconhecimento de direitos e deveres (do cidadão, não do Estado) e a integração na realidade sócio-econômica nacional.

O MOBRAL foi criado pelo governo autoritário para ofuscar experiências anteriores (mesmo servindo-se delas de forma distorcida). Elaboraram-se projetos para impedir o avanço das comunidades eclesiais de base.

Nos anos 80, com o fim da vigência do MOBRAL, procurou-se adotar mecanismos de criação e manutenção de hábitos de leitura (MOBRAL Cultural) elaborando-se, até mesmo, uma Bíblia em quadrinhos e livros de receitas e remédios caseiros. Na vigência do Mobral, houve queda de 33% para 8% de analfabetos, entre as pessoas entre 15 e 64 anos.

Posteriormente ao MOBRAL, houve outros projetos de alfabetização de adultos, a saber:

De 1985 a 1990: Fundação Educar, pertencente ao MEC:

De 1989 a 1993: Projeto MOVA; foi criado na gestão de Paulo Freire na Secretaria de Educação do Município de São Paulo e posteriormente adotado em parceria e crescente articulação com movimentos populares. Pretendia tratar, também da pós-alfabetização. Tal projeto foi adotado pelas prefeituras administradas pelo Partido dos Trabalhadores.

Em 1990: Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania; elaborado pelo Governo Collor e pertencente ao MEC. Foi extinto com o

impeachment de Collor, sem ter sido aplicado.

Em 1996: Programa Alfabetização Solidária: (1996 em diante).

Em 2004: Programa Brasil Alfabetizado; esse programa trata de supervisão e acompanhamento junto às instituições civis e secretarias de governos estaduais que recebiam os recursos transferidos para a execução de seus projetos. Incorporou parte dos técnicos do MOBREAL. É coordenado pelo Ministério da Educação e atua por meio de convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos. Nesse programa, não é função do MEC executar os trabalhos de alfabetização em sala de aula.

Na década de 90, deu-se prioridade ao Ensino Fundamental de crianças, assim “se extinguirá toda a necessidade de alfabetizar e de atender a jovens e adultos. Ou seja, uma espécie de ‘vacina’ preventiva, para evitar o ‘mal do analfabetismo’”. (PAIVA *apud* SOARES). Ocorreria terceirização de tecnologias e práticas pedagógicas e de financiamento com o MEC financiando a metade do custo de cada aluno:

De acordo com o IBOPE, existe a seguinte situação entre as pessoas de 15 e 64 anos:

- 25% alfabetizadas
- 8% analfabetas
- 67% analfabetas funcionais

Assim, como dissemos, nenhum dos programas obteve sucesso. A leitura com compreensão e alguma fixação é uma prática a ser desenvolvida ao longo da existência. Como outras práticas, quando abandonada, ocorre regressão. Daí, o insucesso dos programas de alfabetização, que não inserem o alfabetizando no hábito de leitura, com poucas exceções. Tal fato ocorre também entre os jovens dos Ensinos Fundamental e Médio, onde se está substituindo a leitura dos conteúdos por práticas ditas mais modernas e dinâmicas. Lembremo-nos, também, de que “leitura” vai além de alfabetização. Inclui leitura de gráficos, mapas etc. Enfim, o chamado letramento vai muito além da alfabetização, mesmo porque existem línguas não alfabéticas. Outro fato, é que o letramento não é só de responsabilidade do professor de língua portuguesa, ou dessa área, mas de todos os educadores que trabalham com leitura e escrita. “Mesmo os professores das disciplinas de geografia, matemática e ciências. Alunos leem e escrevem nos livros didáticos. Isso é um letramento específico de cada área de conhecimento. O correto é usar letramentos, no plural. O professor de geografia tem que ensinar seus alunos a ler mapas, por exemplo. Cada professor, portanto, é responsável pelo letramento em sua área.” Em razão disso, a educadora diz acreditar que é preciso oferecer

contexto de letramento para todo mundo. “Não adianta simplesmente ler quem não tem o que ler nem o que escrever”. Precisamos dar as possibilidades de letramento. Isso é importante, inclusive, para a criação do sentimento de cidadania nos alunos. E no caso dos professores dos ciclos mais avançados do ensino fundamental, é importante cuidar do letramento em cada área específica.

A taxa de analfabetismo no Brasil vem decrescendo, sim, porém num ritmo muito lento. Por que isso acontece, se praticamente todas as crianças vão à escola? O mais intrigante é, nos testes aplicados às 1ª. e 2ª. séries, os resultados serem, pode-se dizer, bons. Isto é, a criança aprende a ler. O que acontece daí em diante? Os alunos leem os pontos de História, Geografia? Existem “pontos”? Copia-se o ponto? Memoriza-se o ponto? Tais práticas são tidas como antididáticas, monótonas, antiquadas, em favor de recursos tidos como mais dinâmicos. Lecionar exige mais que boa vontade e compaixão. É técnica a ser aprendida e adaptada ao estilo de cada professor devem ser consideradas; de um lado, fatores externos à própria disciplina Português (fatores de natureza social política, cultural), de outro lado, fatores internos à disciplina (fatores relativos ao estatuto da área de conhecimentos sobre a língua).

Perdendo-se o hábito de ler a matéria para redigir respostas, perde-se, quase completamente o hábito de leitura, o que em alguns ambientes é tido até como “estar à toa”. Às meninas manda-se ajudar nos serviços domésticos, aos meninos, jogar bola, tida a leitura como atividade não muito masculina. Assim, as escolas regulares vão produzindo egressos que mal sabem soletrar, não fazem concordância, não têm ortografia. Note-se nas redes sociais. Nunca se escreveu tanto e tão mal. A tal situação alia-se uma visão distorcida de ser a linguagem “comunicação” e que se deve valorizar o falar do aluno. Diz-se ir o aluno, adquirindo, aos poucos, a forma padrão, pela convivência no ambiente escolar. O modelo típico de ensino tradicional está na sala que tem na sua posição mais em evidência uma grande mesa a qual irá se sentar o professor. Diante dele, estão as carteiras, onde se sentarão os alunos, muitas vezes em um degrau mais baixo. O tablado que separa o professor do aluno na arquitetura do Ensino típico do século XIX tem muito a nos dizer a respeito do um sistema de ideias para o qual ele fornece uma base material bem definida: o professor é o grande detentor do conhecimento que deverá ser transmitido. Situa-se em um plano mais alto da sala, ou pelo menos, em um plano em mais evidência. Mais abaixo se situa a multidão de Alunos, pobres recipientes vazios de conhecimentos, que deverão ser preenchidos pelo

Professor com tudo aquilo que dos necessitam saber. (d'Assunção, J. passim) A partir dos anos 50, começa a ocorrer uma real modificação nas condições de ensino e de aprendizagem da disciplina Português.

Em outros contextos, que não o escolar, observa-se a falta de compreensão e fixação do que se lê, até pela emissão de opiniões contraditórias e a falta de vocabulário. (mulheres terão prioridade em cirurgia de fimose – cartaz em uma casa de saúde). Fatores externos trazem uma progressiva transformação das condições sociais e culturais e, sobretudo, das possibilidades de acesso à escola. Vai-se exigindo a reformulação das funções e dos objetivos dessa instituição. Em primeiro lugar, é a partir desse momento que começa a modificar-se profundamente o alunado, como consequência da crescente reivindicação, pelas camadas populares, do direito à escolarização. Democratiza-se a escola, e já não são apenas os filhos da burguesia que povoam as salas de aula, São também os filhos dos trabalhadores. Nos anos 60, o número de alunos no ensino médio quase triplicou, e duplicou no ensino primário. Como consequência da multiplicação de alunos, ocorreu um recrutamento mais amplo e, portanto, menos seletivo de professores embora estes fossem, já, em grande parte, oriundos das recém-criadas Faculdades de Filosofia, formados não só em conteúdos de Língua e de Literatura, mas também de Pedagogia e Didática. As condições escolares e pedagógicas, as necessidades e exigências culturais passam, assim, a ser outras bem diferentes. (SOARES – passim).

Quanto à alfabetização de adultos, o quadro, embora menos preocupante, é mais sombrio. O analfabeto com mais de 50 anos pode ser alfabetizado. Porém, pelas mesmas razões que os jovens, isto é, falta de prática, retorna à condição de analfabeto.

Além disso, os analfabetos adultos são cada vez mais velhos e, em grande número, passaram por estabelecimentos de ensino, de onde não trazem boas recordações. Temendo repetir o fracasso, frequentam o programa de alfabetização por poucos dias, chegando a haver turmas com dois, três alunos. Ao fim de algumas semanas, recebem um certificado, contam-se no censo como alfabetizados, o que não lhes modifica em nada a maneira de viver, salvo poucas exceções, como vimos no filme “Conduzindo miss Daisy”. Se com os jovens é difícil cobrar a leitura, muito mais de uma pessoa que já deu conta de, pelo menos, dois terços de sua vida sem leitura alguma. O adulto analfabeto já encontrou seu lugar na sociedade. Pode não ser um bom lugar, mas é o seu lugar. Vai ser peixeiro, vigia de prédio, lixeiro, ou seguir outras profissões que não exi-

gem alfabetização. É lamentável a existência de analfabetos, porém alfabetizar o adulto não vai mudar muito sua posição dentro da sociedade e pode até perturbar. “Vamos concentrar os nossos recursos em alfabetizar a população jovem. Fazemos isso agora, e em dez anos desaparece o analfabetismo” (Ministro da Educação José Goldenberg, Jornal do Comércio, RJ. 12/10/1991 *apud* SOARES).

Portanto, extremamente preocupante é o jovem, egresso do segundo grau, sem habilidade de leitura e de escrita. Sim, há analfabetos matriculados em faculdades, fazendo baixar, cada vez mais, o nível dos cursos, sobretudo os cursos da Área de Ciências Humanas, tidos como fáceis, que exigem menos, sendo, por isso, os menos prestigiados, pelo menos no presente momento. A popularização dos cursos superiores, contribuiu para tal situação, assim como uma visão mercantilista de que só vale a pena “perder” tempo com conhecimentos que servem para ganhar dinheiro. Esquece-se de que a falta de um razoável conhecimento de humanidades (dito por alguns, inutilidades) é excludente, perpetuando um *status quo* indesejado pela família e pela sociedade. Que grupos sociais estão hoje demandando a profissão de professores de Português e, para isso, frequentam as salas de aula dos cursos de Letras? Que gêneros de texto, que portadores de texto circulam nessas sociedades? Que funções e que usos têm a leitura e a escrita no grupo cultural a que os futuros professores e os futuros alunos desses professores pertencem? Um grave problema é que há pessoas que se preocupam com alfabetização sem se preocupar com o contexto social em que os alunos estão inseridos. “De que adianta alfabetizar se os alunos não têm dinheiro para comprar um livro ou uma revista?” (*idem*). A escola, além de alfabetizar, precisa dar as condições necessárias para o letramento.

Por outro lado, que grupos sociais têm hoje acesso á escola fundamental e média, quem são esses para quem os professores que formamos ensinarão Português? Em outras palavras; quem são estes que devemos formar como professores de Português, e quem são esses a quem ensinarão eles a língua? E mais: que expectativas, interesses, objetivos tem a sociedade em relação à escola e ao Português que se deve ensinar e aprender nela? Em que estrutura de sistema educacional se insere a escola e o ensino da língua?

Quando um aluno vai a Internet para fazer um trabalho, e copia e cola integralmente o texto que está postado em alguma página da Web, sem sequer indagar os seus limites, ele não está se envolvendo em um processo de produção do conhecimento, está meramente concordando em

ser o pólo passivo de uma transmissão do conhecimento. Usar a Internet para copiar e colar informação é usar uma ferramenta moderna para reproduzir uma postura antiga, é sintonizar-se com os tempos pré-jurássicos em que o Professor passava o tempo inteiro de uma aula escrevendo no quadro-negro algo que queria transmitir, e os alunos copiavam passivamente.

Usar a Internet para produzir conhecimento, e não para meramente aceitar a transmissão do conhecimento, é comparar informações de origens diversas, conectá-las, problematizá-las, utilizá-las como meio para produzir um novo texto. Produzir conhecimento é fazer algo com a informação, e não simplesmente transferi-la da tela de um computador para a folha do papel impresso através de um processo em que praticamente não ocorreu uma maior intervenção da inteligência e da criatividade. Não é a ferramenta que precisa ser moderna: as cabeças - dos alunos e professores é que têm de ser modernas. A aula passou a se assemelhar a jogos eletrônicos, como já se assemelhava a brincadeiras de programas de audiotório. Se não houver um telão, a aula não será boa. Quem leciona, já vinha observando que os alunos copiam do quadro negro, mas não copiam do telão. Modernamente, isso foi contornado: os alunos fotografam o telão. Pergunta-se: para quê? Irão, mais tarde, reler o que foi projetado? Qual a vantagem entre arquivar, precariamente, o conteúdo numa pequena tela de *smartphone*, e a recebê-lo em papel?

O termo alfabetização, sempre entendido de uma forma restrita como aprendizagem do sistema da escrita, foi ampliado. Já não basta aprender a ler e escrever, é necessário mais que isso para ir além da alfabetização funcional (denominação dada às pessoas que foram alfabetizadas, mas não sabem fazer uso da leitura e da escrita). O sentido ampliado da alfabetização, o letramento, designa práticas de leitura e escrita. A entrada da pessoa no mundo da escrita se dá pela aprendizagem de toda a complexa tecnologia envolvida no aprendizado do ato de ler e escrever. Além disso, o aluno precisa saber fazer uso e envolver-se nas atividades de leitura e escrita. Ou seja, para entrar nesse universo do letramento, ele precisa apropriar-se do hábito de buscar um jornal para ler, de frequentar revistas, livrarias, e com esse convívio efetivo com a leitura, apropriar-se do sistema de escrita. Afinal, a professora defende que, para a adaptação adequada ao ato de ler e escrever, “é preciso compreender, inserir-se, avaliar, apreciar a escrita e a leitura” (*Idem*).

O letramento compreende tanto a apropriação das técnicas para a alfabetização quanto esse aspecto de convívio e hábito de utilização da

leitura e da escrita. Há possibilidade de uma pessoa ser alfabetizada e não ser letrada e vice-versa. “No Brasil as pessoas não leem. São indivíduos que sabem ler e escrever, mas não praticam essa habilidade e alguns não sabem sequer preencher um requerimento.” (*Idem*). Fala-se aqui de pessoas que são alfabetizadas e não são letradas. Há, em contra partida, aqueles que sabem como deveria ser aplicada a escrita, porém não são alfabetizados. “Como no filme *Central do Brasil* – alguns personagens conheciam a carta, mas não podiam escrevê-la por serem analfabetos. Eles ditavam a carta dentro do gênero, mesmo sem saber escrever. A personagem principal, a Dora (interpretada pela atriz Fernanda Montenegro), era um instrumento para essas pessoas letradas, mas não alfabetizadas, usarem a leitura e a escrita. No universo infantil, há outro bom exemplo: a criança, sem ser alfabetizada, finge que lê um livro. Se ela vive em um ambiente literário, vai com o dedo na linha, e faz as entonações de narração da leitura, até com estilo. Ela é apropriada de funções e do uso da língua escrita. Essas são pessoas letradas sem ser alfabetizadas.”

Para os professores que trabalham com alfabetização, recomenda-se: Alfabetize letrando sem descuidar da especificidade do processo de alfabetização, especificidade é ensinar a criança e ela aprender. O aluno precisa entender a tecnologia da alfabetização. Há convenções que precisam ser ensinadas e aprendidas, trata-se de um sistema de convenções com bastante complexidade. O estudante (além de decodificar letras e palavras) precisa aprender toda uma tecnologia muito complicada: como segurar o lápis, escrever de cima pra baixo e da esquerda para a direita; escrever numa linha horizontal, sem subir ou descer. São convenções que os adultos letrados acham óbvias, mas que são difíceis para as crianças.

Não há, entre nós, a noção de que o estudo regular é um processo, que começa na pré-escola e só termina com a morte.

Os cursos superiores deverão, por um lado, esforçar-se em recuperar seu prestígio e, por outro lado, conscientizar-se de que, sem alunos bem formados nos cursos Fundamental e Médio não conseguirão realizar um trabalho a contento. Por que é tão importante saber ler e escrever? Porque esse é um direito de todo cidadão. Só assim ele poderá exercer seu papel social. É uma questão de dignidade e de oportunidade. Um país alfabetizado cria mais possibilidades para o desenvolvimento. E mais que tudo isso, um país alfabetizado é um país mais justo e humano.

Do ponto de vista crítico, é tão impossível negar a natureza política do processo educativo quanto negar o caráter educativo do ato político. (...) Isto significa ser impossível, de um lado, uma educação neutra, que se diga a ser-

viço da humanidade, dos seres humanos em geral; (...) de outro, uma prática política esvaziada de significação educativa. (...) Entendemos então facilmente, não ser possível pensar, sequer, a educação, sem que se esteja atento à questão do poder. (PAULO FREIRE)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José D'Assunção. O Ensino – “Modelos-limites”. Comunicação apresentada na XV Semana do Filosofia. Universidade Severino Sombra.

CASTRO, Claudio de Moura. Analfabetismo e hipocrisi”. In: *Veja*. de 30/08/17. p. 87

IOSCHPE, Gustavo. O ensino superior do futuro. In: *Veja*. de 22/02/12. P. 78-79

SOARES, Magda. *Atas de Congresso Nacional ABRALIN*. Edição 25.